

O conceito de reprodução social na análise de unidades de produção agropecuária

*Benedito Silva Neto**

*Márcia Dezen***

*Patrícia Eveline dos Santos****

Resumo

Neste trabalho é realizada uma análise da aplicação do conceito de reprodução social na avaliação econômica de unidades de produção agropecuária. Inicialmente, analisa-se como as principais correntes da teoria econômica consideram o conceito de reprodução social e, após, como diferentes medidas de resultado econômico podem ser utilizadas para indicar as condições para a reprodução social de unidades de produção. Por fim, é examinada a adequação dessas medidas para a análise da reprodução social dos agricultores numa situação agrária concreta, a da agricultura do município de Inhacorá - RS. O lucro apresentou sérias limitações como indicativo das condições de reprodução social dos agricultores. A análise baseada no valor agregado mostrou-se mais coerente com a dinâmica da agricultura do município.

Palavras-chave: Reprodução social. Dinâmica de sistemas agrários. Valor agregado. Lucro. Custos.

* Engenheiro agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Agrícola pelo INA-PG (França) e professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: bsneto@unijui.edu.br

** Acadêmica do curso de Agronomia da Unijuí, bolsista Pibic/CNPq. E-mail: mdezen@hotmail.com

*** Economista, acadêmica do curso de mestrado em Desenvolvimento da Unijuí, bolsista Capes. E-mail: patriciaeveline@gmail.com

Introdução

Vários autores têm enfatizado que as transformações da agricultura se constituem em processos dinâmicos e evolutivos, propondo sua abordagem em termos de sistemas agrários. (DUFUMIER, 2004, 2007; MAZOYER; ROUDART, 1997). Nesse sentido, a agricultura, longe de tender a se constituir em um sistema homogêneo, atualmente marcado por uma simples oposição entre o “tradicional” e o “moderno”, constitui-se num conjunto de sistemas agrários em evolução, cujas dinâmicas só podem ser apreendidas pela análise das suas características específicas. (SILVA NETO; LIMA; BASSO, 1997).

A evolução dos sistemas agrários, portanto, caracteriza-se por uma grande diversidade de trajetórias de acumulação, a qual reflete a própria diversidade dos processos de diferenciação social que ocorrem na agricultura. Assim, num sistema agrário, à medida que certas unidades de produção acumulam capital, outras podem estar estagnadas, ou mesmo se descapitalizando, o que Mazoyer e Roudart (1998) denominam de processo de “desenvolvimento-e-crise”, o qual se constitui numa das principais características da agricultura contemporânea.

A análise dos processos de diferenciação social exige o uso de instrumentos de análise econômica que permitam uma avaliação da diversidade das unidades de produção existentes, levando em consideração as condições necessárias para a reprodução social dos agricultores, de acordo com as suas categorias sociais e os seus sistemas de produção. Por esses motivos, o conceito de reprodução social tem sido utilizado para a avaliação econômica de unidades de produção agropecuárias no âmbito da análise-diagnóstico de sistemas agrários. (DUFUMIER, 2007).

Tal conceito, no entanto, é utilizado na análise-diagnóstico de sistemas agrários por meio da aplicação de categorias econômicas baseadas na noção de valor agregado, as quais são distintas das utilizadas nos métodos correntes de análise econômica, baseada nas noções de lucro e custo. Este trabalho tem como objetivo analisar a aplicação do conceito de reprodução social na análise econômica de unidades de produção agropecuárias. Para tanto, procura-se mostrar como diferentes categorias de análise econômica, com base em pressupostos teóricos distintos, podem ser utilizadas para indicar as condições para a reprodução social de unidades de produção e, por fim, quais dessas categorias se mostraram mais adequadas para a análise da reprodução social dos agricultores numa situação agrária concreta, a do município de Inhacorá - RS.

O trabalho está organizado em seis partes, sendo a primeira constituída pela presente introdução; na segunda, é realizada uma análise de como o conceito de

reprodução social tem sido considerado, mesmo que de forma implícita, na teoria econômica; na terceira e na quarta etapas é realizada uma discussão das relações do conceito de reprodução social com, respectivamente, as categorias econômicas derivadas da noção de valor agregado e as categorias econômicas derivadas das noções de lucro e custo; na quinta parte procede-se a uma avaliação das categorias propostas pelas abordagens na análise da reprodução social dos tipos de unidades de produção existentes em Inhaçorá - RS, definidos por meio de uma análise-diagnóstico do sistema agrário (ADSA) deste município realizada recentemente.

O conceito de reprodução social e a teoria econômica

A noção de reprodução social utilizada como principal referência neste texto, ou seja, a que enfatiza as suas condições materiais, portanto econômicas,¹ foi originalmente explicitada por Marx. (BIDET, 1985; LE BEC, 1985). De maneira implícita, porém, pode-se considerar que este conceito está presente na teoria econômica de forma generalizada, podendo-se identificar interpretações do conceito de reprodução social nos economistas fisiocratas, clássicos e neoclássicos. Porém, a forma como a economia analisa a reprodução social está longe de ser homogênea. Por essa razão, realiza-se na próxima seção uma breve exposição sobre as principais interpretações deste conceito na teoria econômica.

A reprodução social segundo fisiocratas, clássicos e marxistas

Para os economistas fisiocratas, clássicos e marxistas a reprodução social se constituía num problema central na ciência econômica. Desde Quesnay, que com seu *Tableau economique* inaugurou um novo procedimento de análise econômica, até os esquemas de reprodução de Marx, passando por Thomas Malthus e David Ricardo, a explicação do funcionamento da economia por meio da análise dos fluxos econômicos que acontecem entre as diferentes categorias sociais, muitas vezes representadas por agregados econômicos correspondentes, suscitava importantes debates. (MALTHUS, 1983; MARX, 1982, 1983; QUESNAY, 1978; RICARDO, 1983). Porém, apesar dos diferentes pontos de vista, a análise da reprodução social esteve associada, pelo menos entre os fisiocratas e os clássicos, a uma preocupação em discernir um estado estacionário da economia. É interessante notar que a concepção das condições para a manutenção desse estado estacionário mostrou-se bastante

problemática, como, por exemplo, em Malthus, com sua teoria da população, e em David Ricardo, com a sua teoria da tendência à queda da taxa de lucros. Além disso, os esquemas de reprodução elaborados pelos economistas fisiocratas e clássicos não incorporavam elementos como as mudanças tecnológicas, que lhes permitiria uma análise mais acurada da dinâmica dos processos de reprodução.

É com Marx que a análise da reprodução social focaliza precisamente os seus aspectos mais dinâmicos. (MARX, 1982, 1983). Assim, preocupado com a acumulação de capital, Marx distingue a reprodução “simples”, que reflete um estado estacionário da economia, tido como improvável em razão das próprias características do sistema capitalista, da reprodução “ampliada”, que reflete o processo de acumulação de capital, considerado como típico deste sistema econômico. O “problema da reprodução”, segundo Marx, advém da contradição básica do sistema capitalista, isto é, de que seu funcionamento não ocorre em função das necessidades da sociedade, mas, sim, do processo de acumulação de capital em si. E é esse processo de acumulação de capital, fundado na extração de mais-valia, que define a dinâmica da economia capitalista.

Para os marxistas, a mais-valia absoluta decorre da forma como a repartição dos produtos do trabalho é definida pelas relações sociais vigentes, ao passo que a mais-valia relativa é decorrente das diferenças de produtividade do trabalho provocadas pelas mudanças tecnológicas (BIDET, 1985). Nesse sentido, se para alguns economistas clássicos (como David Ricardo) a teoria do valor trabalho é a base da economia marxista, para Marx assume uma importância ainda maior para o entendimento da dinâmica do sistema econômico, pois é sobre o valor trabalho que se baseia a noção de mais-valia.

Entretanto, na medida em que os preços de uma mercadoria são proporcionais ao trabalho que esta traz “incorporado”, não simplesmente à sua escassez relativa, já não há possibilidade, segundo a economia marxista, de o mercado exercer qualquer poder de coordenação dos agentes econômicos. E é justamente a falta de um mecanismo de coordenação eficiente que torna o sistema econômico capitalista altamente instável, sujeito a crises, nas quais muitas vezes o aumento da produção decorrente da acumulação de capital provoca defasagens entre a oferta e a demanda, impossibilitando a “realização da produção” (ou seja, sua absorção) por meio do mercado. Vale salientar que, neste caso, a racionalidade dos agentes econômicos no uso dos seus recursos não leva a um funcionamento “racional” do sistema econômico, no qual os recursos disponíveis tenderiam a ser distribuídos de maneira ótima. Ao contrário, o próprio desenvolvimento do sistema capitalista é um desenvolvimento contraditório, no qual a acumulação de capital por certas

unidades de produção é acompanhada pela “desacumulação” em outras, provocando processos de diferenciação social que culminam na eliminação de parte das unidades de produção.

É dentro dessa dinâmica que se coloca o “problema da reprodução”, tratado intensivamente por Marx. (MARX, 1982; 1983). Porém, para este autor, o objetivo dos seus esquemas de reprodução não era apenas mostrar as contradições e a instabilidade do sistema capitalista, mas, sim, procurar entender como um sistema essencialmente contraditório e sujeito a tal instabilidade pode se reproduzir de forma ampliada. Para isso, Marx, assim como outros autores que o sucederam, utiliza em seus esquemas uma abordagem bastante genérica, de cunho macroeconômico e altamente abstrato, pois considera a economia composta apenas pelos agregados econômicos correspondentes aos capitalistas e assalariados, ou seja, as categorias sociais básicas do sistema capitalista. (LE BEC, 1985).

A teoria neoclássica da produção

Para os economistas neoclássicos a reprodução social não se constitui propriamente num problema, porque, de acordo com a teoria do valor utilidade, os preços devem refletir a escassez relativa dos recursos, o que permite que o mercado se constitua num eficiente mecanismo de regulação da economia, assegurando automaticamente a sua reprodução. (GUERRIEN, 1989). Nesse sentido, ignorando a influência das relações sociais sobre a repartição da produção, os neoclássicos pregam que cada agente social, individualmente, deve procurar ser remunerado segundo a produtividade marginal dos fatores de produção de que dispõe. (LEFTWICH, 1973; STIGLITZ; WALSH, 2003). Assim, a teoria neoclássica da produção, implicitamente, trata a sociedade como algo homogêneo, onde os fatores de produção têm uma perfeita mobilidade, podendo ser alocados de forma a maximizar a utilidade dos agentes. Dessa forma, a teoria neoclássica da produção também assume, implicitamente, que há um mercado de concorrência pura e perfeita para todos os fatores de produção. Ao considerar uma perfeita mobilidade do fator trabalho, a teoria neoclássica da produção assume, implicitamente, uma sociedade cujas relações de produção estão baseadas exclusivamente sobre o trabalho assalariado, ou seja, são relações de produção tipicamente capitalistas, na medida em que, sob outras relações de produção (familiares, por exemplo), a mobilidade do trabalho é limitada, situação que dificultaria que o preço e a disponibilidade do trabalho sejam regulados pelo mercado.

Portanto, o problema da reprodução social, a rigor, sequer se coloca na economia neoclássica. A questão que se coloca para os neoclássicos é a de como definir os processos produtivos e as atividades que permitam o uso mais eficiente dos fatores de produção disponíveis. Dessa forma, a reprodução social, que é um processo dinâmico, passa a ser tratada como um problema estático, de “teoria da produção”. Ao mesmo tempo, se a reprodução social se coloca no nível do sistema econômico, ou, pelo menos, a partir das relações do agente que controla a produção com outros agentes que, direta ou indiretamente, participam do processo produtivo, segundo os neoclássicos, o problema da produção pode ser resolvido exclusivamente segundo os preços relativos dos produtos, as características das tecnologias (dentre as quais o seu custo e o uso que permitem fazer dos recursos) e a disponibilidade de recursos, considerando, assim, a unidade de produção de forma isolada.

De acordo com os neoclássicos, uma unidade de produção pode ser considerada “reprodutível” quando todos os seus fatores de produção estão sendo remunerados a um nível igual ou superior aos seus preços de mercado. Tais preços são contabilizados como “custos de oportunidade”, isto é, custos que, embora não sejam efetivos, pois não correspondem a nenhum tipo de “gasto” (consumo de produtos ou transferência de recursos), representam o que o detentor dos fatores de produção deixa de ganhar ao aplicar esses fatores na sua unidade de produção. E se todas as unidades de produção estiverem remunerando seus fatores de produção aos preços de mercado, os quais serão, neste caso, iguais as suas produtividades marginais, o sistema econômico estará em equilíbrio, apresentando uma alocação ótima dos fatores de produção disponíveis.

O valor agregado e sua repartição na análise da reprodução social de agricultores

As duas abordagens da reprodução social expostas, embora diametralmente opostas quanto aos seus pressupostos, possuem em comum o fato de não tratar, de forma explícita e sistemática, dos processos de diferenciação social. Para que se possam analisar os processos de diferenciação é necessário que se disponha de instrumentos de análise econômica que permitam captar as especificidades de cada categoria social e dos sistemas de produção que asseguram sua manutenção, permitindo, assim, que se possa avaliar toda a diversidade de situações presentes em uma dada agricultura. Isso remete à análise da reprodução social para o nível da

unidade de produção, porém sem perder de vista as especificidades de cada categoria social e dos seus sistemas de produção.

Para o desenvolvimento de uma análise deste tipo, o ponto de partida é a noção de que uma unidade de produção é reprodutível quando fornece uma renda suficiente para que a reprodução social dos agentes econômicos dela dependentes seja assegurada. Assim, considera-se que há certo patamar de renda, ao qual denominamos “nível de reprodução social”, que a unidade de produção deve atingir para que os agentes econômicos dela dependentes diretamente se mantenham na mesma categoria social (produtores familiares, capitalistas, etc.), ou, no caso de uma reprodução “ampliada”, em uma categoria social tendencialmente mais capitalizada, o que pode levar a mudanças nas relações de produção (por exemplo, o produtor passar de familiar para patronal).

Isso significa que o nível de reprodução social corresponde a uma renda suficiente para que os agentes econômicos em questão não apenas possam sobreviver biologicamente, mas também tenham interesse em se manter na unidade de produção. Para isso, é necessário igualar o nível de reprodução social à renda que esses agentes econômicos poderiam obter, aplicando seus recursos e empregando-se em outros setores econômicos (o que é comumente conhecido na literatura como “custo de oportunidade” dos “fatores de produção”).

Entretanto, no caso em que os fatores de produção apresentam uma baixa mobilidade, o nível de reprodução social equivale ao custo de oportunidade da mão de obra dos agentes detentores do poder de decisão numa unidade de produção. No entanto, vale salientar que, neste caso, os custos de oportunidade não são debitados da renda, sendo analisados posteriormente, porque, para que se possa efetuar uma análise adequada da capacidade de reprodução de uma unidade de produção, é necessário que se analisem não apenas os seus resultados econômicos do ponto de vista do gestor dos recursos disponíveis (o agricultor), mas também qual é a produção obtida e como é repartida. Para isso é necessário que se faça uma clara distinção entre a riqueza gerada e a riqueza distribuída.

O que se denomina na literatura econômica “valor agregado” corresponde à riqueza propriamente dita, ou seja, a diferença entre a riqueza gerada na unidade de produção e a riqueza destruída no processo produtivo; os outros gastos correspondem à repartição desta riqueza entre diferentes agentes econômicos que, direta ou indiretamente, participaram da sua geração. Assim, a renda do agricultor não corresponde a toda a riqueza gerada, mas apenas à parte dessa riqueza que cabe ao agente econômico que controla diretamente o processo produtivo. Por exemplo, a renda de um agricultor pode ser calculada pela subtração do valor da produção

não apenas das suas despesas com insumos e equipamentos (correspondentes à destruição de riqueza), mas também dos salários de seus empregados, dos juros devidos aos bancos e dos impostos que deve pagar ao Estado (correspondentes à repartição da riqueza). E se, por um lado, admite-se que o conjunto desses agentes sociais contribuiu para a geração do valor agregado, a repartição deste é profundamente influenciada por relações sociais, não apenas por qualquer automatismo econômico, como a tendência à equalização da produtividade marginal dos fatores de produção proporcionada pelo mercado.

Como já observado, a mobilidade dos fatores de produção pode sofrer limitações importantes, o que impede que sejam realocados de forma a ajustar o seu nível de aplicação aos seus preços de mercado. No caso de relações de produção baseadas no trabalho familiar, este fator de produção se torna fixo, pelo menos no curto prazo, o que leva os agentes econômicos a adotarem como critério de alocação dos recursos a renda por unidade de trabalho, não a rentabilidade do capital, como em uma unidade de produção capitalista. Isso porque nas unidades de produção capitalistas o fator trabalho, que é exclusivamente assalariado,² pode ser convertido em capital, que, por sua vez, pode ser alocado em outras atividades.

Assim, os próprios critérios de alocação dos recursos dependem da categoria social dos agentes econômicos, ou seja, das relações sociais que mantêm em suas unidades de produção. E só no caso de unidades de produção capitalistas é que o seu patamar de reprodução corresponde à remuneração dos fatores de produção aos preços de mercado. No caso de unidades de produção familiares, isto é, unidades cujos sistemas de produção não dependem de mão de obra contratada (podendo funcionar exclusivamente com mão de obra familiar), o patamar de reprodução corresponde ao custo de oportunidade da força de trabalho familiar.

Enfim, é importante salientar que a abordagem da reprodução social por meio da distribuição do valor agregado permite incorporar na análise econômica processos não relacionados ao mercado, como, por exemplo, as relações sociais que definem a repartição do produto e a aplicação de fatores de produção não sujeitos a trocas. Assim, deve permitir uma análise mais precisa dos processos de acumulação das unidades de produção responsáveis pela diferenciação social dos produtores. Nesse sentido, a abordagem da reprodução social por meio da aferição do valor agregado e da sua distribuição, embora possa compartilhar o pressuposto da racionalidade dos agentes econômicos da abordagem neoclássica, não assume como esta que tal racionalidade implique qualquer tendência ao equilíbrio correspondente a um funcionamento ótimo do sistema econômico capitalista. Também nesse sentido, a abordagem do valor agregado pode se mostrar mais adequada para a compreensão da dinâmica dos sistemas agrários como sistemas complexos e evolutivos.

O lucro na análise da reprodução social

As medidas de resultado econômico baseadas nos conceitos de lucro e de custos são as mais utilizadas para a análise econômica de unidades de produção, estando presentes na maior parte dos manuais de economia, de contabilidade agrícola e de administração rural. Porém, a noção de lucro é apresentada em alguns desses manuais de maneira vaga e até mesmo confusa, sendo considerada por vezes como uma simples margem de contribuição econômica, sem que os seus componentes sejam claramente explicitados. Por outro lado, muitos autores, como Stiglitz e Walsh (2003), salientam a necessidade de uma definição precisa e rigorosa do lucro para possibilitar a sua aplicação à análise de unidades de produção.

Neste trabalho foi adotada a definição de lucro proposta por Hoffmann et al. (1987), de acordo com a qual o lucro corresponde à diferença entre a receita, também denominada “renda bruta”, e o custo total. A definição de lucro está, portanto, associada à de custo. Segundo os autores, o custo total, ou custo de produção, corresponde ao que o agente econômico deveria receber para se dispor a continuar a aplicar os fatores de produção de que dispõe na(s) atividade(s) em questão. É interessante observar que nesta definição de custo já se encontra um elemento essencial do pressuposto básico que fundamenta a noção de lucro, ou seja, de que os agentes econômicos dispõem livremente dos seus fatores de produção, os quais podem ser alocados ou não a uma atividade, independentemente das relações sociais mantidas por este agente. Na medida em que seu foco passa a se concentrar exclusivamente no interesse individual do agente econômico, restringindo-se a indicar a alocação mais vantajosa dos seus fatores de produção, a análise econômica de cunho neoclássico deixa de ter qualquer relação com a medição da riqueza gerada no processo social de produção.

Dando continuidade à descrição do procedimento proposto por Hoffmann et al. (1987), a receita corresponde ao valor das vendas dos produtos, ao passo que o custo total compreende os custos explícitos e os implícitos. Os custos explícitos são as despesas efetivamente pagas pelos produtores para ter acesso aos meios de produção, assim como para cobrir gastos com mão de obra e remunerar outros agentes participantes do processo produtivo, como trabalhadores assalariados, bancos, proprietários da terra e o Estado. Assim, na aferição do lucro a distinção entre produção e distribuição não é realizada, sendo todas as despesas consideradas simplesmente como custos explícitos.

Os custos implícitos decorrem dos custos de oportunidade da linha de exploração e são definidos como o valor do recurso em seu melhor uso alternativo. Em geral,

no cálculo do lucro de uma unidade de produção agropecuária são considerados os custos de oportunidade do capital, da terra e da mão de obra. O valor do custo de oportunidade do capital corresponde aos juros que o agricultor presumivelmente receberia caso investisse o capital imobilizado em sua unidade de produção (como máquinas, equipamentos, instalações e animais) em uma instituição financeira. O valor do custo de oportunidade da terra corresponde ao valor do seu arrendamento e o custo de oportunidade da mão de obra, à remuneração que o agricultor receberia caso trabalhasse em outra atividade.

Em suma, o custo alternativo, ou custo de oportunidade da produção de uma mercadoria “x”, é o montante de outra mercadoria “y” que deve ser sacrificado, a fim de que os recursos sejam alocados para produzir “x” em vez de “y”. Como a produção da alternativa “x”, neste caso, representaria uma má alocação de recursos não apenas para a unidade de produção, mas também para a sociedade, alguns autores denominam os custos implícitos de “custo social de produção”. (FERGUSON, 1991).

Assim, na abordagem baseada no lucro os conceitos de custo oportunidade e de reprodução social podem ser associados por meio da noção de que uma unidade de produção agropecuária só pode ser considerada reprodutível se é capaz de cobrir os seus custos de oportunidade (ou custos sociais).

A dinâmica do sistema agrário e a reprodução social dos agricultores do município de Inhacorá

No início do ano de 2008, no âmbito de um trabalho de dissertação, foi realizada uma análise da dinâmica da agricultura do município de Inhacorá pelo método análise-diagnóstico de sistemas agrários,³ na qual foram entrevistados cerca de quarenta agricultores, posteriormente agrupados em oito tipos. Os dados relativos à análise econômica dos tipos de agricultores obtidos na análise do município foram utilizados no presente trabalho para evidenciar as potencialidades e os limites das categorias de análise econômica descritas na avaliação da reprodução social de agricultores, à luz da dinâmica do sistema agrário da microrregião. Assim, uma breve discussão desta dinâmica foi incluída neste trabalho, o que é realizado nas próximas seções.

Um território com condições heterogêneas para a produção agropecuária

Pertencente à região de Ijuí, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Inhacorá localiza-se a cerca de 360 km da capital, possuindo uma população de aproximadamente 2.400 habitantes, dos quais quase a metade (1.100) reside na zona rural. (IBGE, 2000). O município apresenta duas paisagens bem definidas, tanto em relação a aspectos socioeconômicos quanto em relação ao relevo, ao solo e à formação vegetal original outrora predominante: uma de mata nativa e a outra de campo.

A maior parte do território, denominada localmente “de mata”, era ocupada originalmente por florestas umbrófilas mistas, do grupo submontanha (RIO GRANDE DO SUL, 1994), sendo atualmente ocupada em grande parte por culturas e criações, destacando-se a soja e a bovinocultura de leite. O relevo em geral é ondulado a forte ondulado. Quanto aos solos, apesar da boa fertilidade natural, em geral apresentam fortes restrições à mecanização, em razão do relevo muitas vezes acidentado, da sua pequena profundidade e, por vezes, da alta pedregosidade, havendo alguns afloramentos de rocha. A região é predominantemente ocupada por produtores familiares, muitos deles minifundiários, isto é, agricultores que dependem da venda da sua força de trabalho para assegurar a sua reprodução social.

A outra parte do território corresponde a regiões denominadas localmente “de campo”, as quais eram originalmente cobertas por savanas do tipo gramíneo-lenhosa, possuindo relevo suave ondulado a ondulado. (RIO GRANDE DO SUL, 1994). As condições de relevo e a profundidade dos solos da região a tornam propícias à agricultura mecanizada. Na atualidade, essas áreas são ocupadas por lavouras de grandes culturas, principalmente soja e trigo e, em menor escala, por milho, pecuária bovina, tanto de leite como de corte, conduzida principalmente por agricultores patronais, embora com a presença de significativo número de agricultores familiares.

Existem também as áreas de tensão ecológica, regiões de contato entre as paisagens de mata e de campo, com características intermediárias quanto aos solos e relevo. A ocupação dessas áreas caracteriza-se pela presença de agricultores familiares e, em menor número, por agricultores patronais que produzem culturas anuais (soja e milho principalmente) e leite.

Uma história agrária marcada por uma ocupação desordenada do território

Até meados da década de 1920 as terras de mato do atual território de Inhaçorá eram ocupadas por caboclos e indígenas caingangues, os quais praticavam uma agricultura de derrubada e queimada. Nas terras de campo, cujos solos eram ácidos e de baixa fertilidade natural, pratica-se a pecuária extensiva.

Ao contrário da maior parte dos municípios da região de Ijuí, cuja ocupação ocorreu principalmente por meio de projetos de colonização organizados pelo Estado ou por empresas privadas, a ocupação das terras do atual território de Inhaçorá ocorreu de forma menos ordenada. (SILVA NETO; BASSO, 2005). A partir de 1935 até o final da década de 1960, estabeleceu-se um fluxo migratório de famílias de municípios vizinhos, como Ijuí, Campo Novo, Frederico Westphalen, Pejuçara e das “Colônias Velhas”.⁴ Essas famílias compravam do Estado o direito de posse da terra e somente mais tarde obtiveram as escrituras públicas, as quais eram registradas em Santo Ângelo. No entanto, até hoje muitas dessas áreas não possuem registros legais.

A agricultura desenvolvida nesse período era de derrubada e queimada. A criação de porcos para a produção de banha, desenvolvida com base na cultura de milho, e mais tarde a da soja eram as atividades básicas dos sistemas de produção. A exploração da erva-mate também se constituía numa atividade importante. A partir de 1950 teve início a exploração das terras de campo para a produção mecanizada de trigo, realizada por agricultores patronais (os “granjeiros”) e familiares, normalmente oriundos dos municípios vizinhos, os quais arrendam e acabam por adquirir terras de pecuaristas. O declínio da pecuária extensiva é uma constante no município até os dias de hoje.

As dificuldades de manutenção da fertilidade do solo por meio da agricultura de derrubada e queimada, realizada em pequenas áreas, aliada à queda dos preços da banha em razão da sua crescente substituição por óleos vegetais, provocaram uma profunda crise na agricultura familiar do município, a qual perdurou até o advento dos insumos químicos na década de 1970. Tal crise agravou ainda mais a já pronunciada fragmentação das explorações agropecuárias originada pela forma de ocupação do território, provocando um empobrecimento geral da população rural do município, a qual, em razão das escassas oportunidades de trabalho fora da agricultura, procura permanecer neste setor.

Com a introdução de equipamentos e insumos de origem industrial na agricultura, acelerou-se a ocupação das terras de campo, baseada principalmente na

cultura da soja, cujos preços se elevaram significativamente no mercado internacional a partir de 1973. Embora os insumos químicos também representassem uma forma de superar a crise de fertilidade das terras de mato, vários eram os fatores que dificultavam aos agricultores dessas regiões se beneficiarem dos novos meios de produção. Em primeiro lugar, o baixo grau de capitalização da maioria dos agricultores impedia que conseguissem ter acesso a esses meios de produção sem recurso ao crédito rural, o qual, aliás, encontrava-se em forte expansão. Em segundo lugar, a precariedade do acesso à terra, cuja propriedade legal muitos agricultores sequer possuíam, aliada ao fato de a difusão dos insumos químicos por meio do crédito rural ter sido condicionada à disponibilidade de terras mecanizáveis para o plantio da soja, levou a que os agricultores familiares presentes nas terras de mato fossem marginalizados no processo de desenvolvimento desencadeado pela “modernização” da agricultura. Mesmo assim, alguns agricultores familiares conseguiram certo grau de capitalização, o que lhes permitiu diversificar os seus sistemas de produção, especialmente por meio da pecuária leiteira, na medida em que o reduzido tamanho das suas explorações, aliado à falta de terras mecanizáveis, não lhes permitia escalas suficientes para a especialização na produção mecanizada de grãos. Essa diversificação se acentuou com o fim dos subsídios ao crédito rural ocorrido a partir de 1984.

A partir de 2001 os agricultores de Inhacorá têm acesso ao Programa Banco da Terra, destinado à compra de terras por trabalhadores sem terras com alguma experiência na área rural e por agricultores descapitalizados, totalizando 32 beneficiários. Com a mudança de governo, o Programa Banco da Terra deu origem ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, o qual, de forma semelhante ao anterior, beneficiou 52 agricultores. Assim, cerca de 25% dos estabelecimentos do município utilizaram o crédito fundiário desde a criação do Banco da Terra.

A dinâmica do sistema agrário e os tipos de agricultores de Inhacorá

A dinâmica do sistema agrário de Inhacorá, como atesta a sua formação histórica brevemente sintetizada acima, foi marcada por um processo de acumulação profundamente desigual, que gerou diferentes trajetórias de acumulação, as quais, por sua vez, deram origem aos diversos tipos de agricultores atualmente presentes no município. Por outro lado, em que pese aos efeitos negativos que esse processo provocou sobre a dinâmica demográfica do município, especialmente após a generalização do cultivo da soja por meio de insumos e equipamentos de origem

industrial, é notável a capacidade de adaptação mostrada pelos agricultores familiares em seu conjunto. Assim, mesmo sem contar, pelo menos até a década de 1990,⁵ com praticamente nenhum apoio do Estado para a sua reprodução social, e localizados em terras pouco propícias às formas de agricultura mais preconizadas atualmente (ao contrário dos agricultores patronais, localizados nas melhores terras e dispondo de crédito oficial farto e barato), muitos agricultores familiares das terras acidentadas conseguiram uma relativa acumulação de capital, procurando desenvolver sistemas de produção adaptados às suas condições.

A diversidade da agricultura de Inhacorá é fruto desse processo. Tal diversidade pode ser analisada por meio da classificação dos agricultores em oito tipos, dos quais cinco são familiares e três patronais, descritos brevemente a seguir.

Tipo familiar, leite, grãos, tração mecanizada incompleta: agricultores descendentes de imigrantes oriundos dos municípios da região que se instalaram sobre terras acidentadas ou na zona de transição entre a mata e o campo. Com os recursos provenientes do crédito rural puderam implantar sistemas de produção baseados nas culturas da soja e do milho, possuindo trator e implementos, porém não colheitadeiras. A partir da década de 1980, passaram a diversificar seus sistemas de produção, principalmente com bovinocultura de leite. As unidades de produção desse tipo possuem cerca de 29 ha.

Tipo familiar, leite, fumo, grão, tração mecanizada incompleta: são agricultores que tiveram mais dificuldades para acessar recursos do crédito rural, além do fato de estarem localizados quase que exclusivamente sobre terras acidentadas, disporem de cerca de 12 ha e possuírem apenas implementos a tração animal, contratando serviços de máquinas. Seus sistemas de produção são baseados nas culturas do milho e da soja, sendo importante a produção de subsistência. Recentemente, com a instalação de uma empresa fumageira na região, estes agricultores passaram também a produzir fumo.

Tipo familiar, grãos, leite, prestação de serviços, tração mecanizada incompleta: agricultores provenientes de municípios vizinhos que puderam usufruir de um maior acesso ao crédito rural, cujas terras são em boa parte mecanizáveis. Tais condições permitiram que estes agricultores se especializassem, num primeiro momento, na produção de grãos e, posteriormente, implantassem a produção leiteira. Como possuem certo grau de mecanização, usam a colheitadeira, o trator e os implementos como fonte de renda, prestando serviços a vizinhos. Por outro lado, este tipo também contrata serviços de máquinas para o plantio do milho e a fabricação de silagem e de feno. As unidades de produção deste tipo possuem cerca de 15 ha.

Tipo familiar, leite, subsistência, tração mecanizada incompleta: agricultores em geral originários do próprio município, que eram trabalhadores rurais e pequenos arrendatários. Recentemente, tiveram acesso à propriedade da terra por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário, procurando implantar sistemas de produção baseados na bovinocultura de leite. Porém, em razão da baixa acumulação de capital, ainda utilizam boa parte das suas terras para a produção de subsistência. As unidades de produção deste tipo possuem cerca de 5 ha.

Tipo minifúndio, subsistência: agricultores semelhantes ao tipo anterior, mas que aderiram mais recentemente ao Programa de Crédito Fundiário. Este tipo de agricultor tem de recorrer a rendas obtidas no exterior da unidade de produção por meio de trabalho assalariado temporário e, por vezes, permanente. As unidades de produção deste tipo possuem cerca de 8 ha.

Tipo patronal, grãos, tração mecanizada completa: agricultores oriundos de municípios vizinhos, de onde vieram já com certo grau de capitalização, adquirindo principalmente terras de campo. São agricultores especializados na produção de grãos, a qual, realizada em escalas relativamente elevadas, proporciona-lhes uma acumulação de capital significativa. Dispõem de áreas de cerca de 280 ha, empregando cerca de uma unidade de trabalho assalariada, além das duas unidades familiares de que dispõem.

Tipo patronal, grãos, leite, suínos, tração mecanizada: agricultores semelhantes aos do tipo anterior, mas que, dispondo de superfícies menores, de aproximadamente 138 ha, desenvolvem também a suinocultura.

Tipo patronal, grãos, gado de corte, leite, tração mecanizada completa: unidades de produção semelhantes às do tipo anterior, das quais uma parte é constituída por agricultores descendentes de antigos criadores de gado. Apresentam um processo de acumulação menos intenso por se localizarem sobre a zona de transição entre a mata e o campo, dispondo de terras menos propícias à mecanização, com uma área de 65 ha. Desenvolvem ainda a pecuária de corte ou mista, principalmente sobre solos não mecanizáveis.

Análise econômica da reprodução social dos tipos segundo as diferentes abordagens

Os resultados econômicos de cada tipo de agricultor de Inhacorá foram definidos de acordo com o conceito de valor agregado e, após, de lucro e custo. Na análise baseada no valor agregado, o nível de reprodução social adotado para todos os tipos, inclusive os patronais, foi o de um salário mínimo por unidade de trabalho

familiar (R\$ 4.940,00 por ano na época do estudo). Embora este valor possa ser considerado baixo para alguns tipos patronais, na medida em que estes, pelo seu grau de instrução, poderiam obter remunerações mais elevadas em atividades não agrícolas, o salário mínimo foi mantido como referência para facilitar a comparação dos tipos e, principalmente, para evitar que a capacidade de reprodução dos tipos patronais fosse subestimada.

A mesma justificativa aplica-se à atribuição dos valores de custo de oportunidade dos demais fatores de produção adotados, utilizados para o cálculo do lucro. O custo de oportunidade do capital de exploração utilizado foi o do rendimento da caderneta de poupança (6% ao ano, na época) e, para a terra, o valor do arrendamento anual na região (oito sacos de soja, ou seja, R\$ 216,00 por hectare por ano, na época). É interessante salientar que na literatura consultada (FERGUSON, 1991; HOFFMANN et al., 1987; LEFTWICH, 1973) não foi encontrada nenhuma referência sobre como considerar as produções destinadas ao consumo da família no cálculo do lucro. Por esse motivo a avaliação do valor das produções para o consumo da família foi baseada no seu preço de compra no mercado mais acessível à família do agricultor, tanto no cálculo do valor agregado e da sua distribuição (DUFUMIER, 2007) como no cálculo do lucro.

Na Tabela 1 é mostrada a renda calculada segundo cada abordagem, assim como as condições mínimas requeridas para a reprodução social dos agricultores (nível de reprodução equivalente ao custo de oportunidade da mão de obra na abordagem do valor agregado e lucro nulo na abordagem de lucro e custos).

Tabela 1 - Resultados econômicos e condições para a reprodução social dos tipos de agricultores familiares de Inhacorá - RS

Medidas de resultado		Tipos de agricultores familiares				
		Leite, grãos, mecanização incompleta	Leite, tração animal	Leite, fumo, grãos	Leite, serviços de máquina, mecanização incompleta	Minifúndio subsistência
Valor agregado	Renda por unidade de trabalho familiar	11.956	4.124	2.025	5.258	2.588
	Nível de Reprodução social	4.940	4.940	4.940	4.940	4.940
Lucro e custos	Renda por unidade de trabalho familiar	11.936	4.215	2.022	5.798	2.474
	Lucro por unidade de trabalho familiar	4.618	-1.119	-3.321	-1.310	-3.318

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados mostrados na Tabela 1, relativos aos tipos de agricultores familiares, indicam que os valores da renda obtidos para cada tipo são semelhantes nas duas abordagens. Este resultado era esperado, pois o cálculo da renda na abordagem baseada no lucro não inclui os custos implícitos, sendo o total dos custos explícitos quase idêntico à soma do consumo intermediário e da remuneração dos agentes econômicos (Estado, bancos e proprietários de terras), que, além do agricultor, participam da repartição do valor agregado.

No entanto, ao compararmos as condições requeridas para a reprodução social dos tipos, as diferenças entre as abordagens são significativas. De acordo com a abordagem do valor agregado, dois dos cinco tipos de agricultores familiares de Inhacorá vêm obtendo rendas superiores ao nível de reprodução social (custo de oportunidade da mão de obra familiar). Por sua vez, segundo abordagem baseada no lucro, apenas um tipo de agricultor familiar de Inhacorá obtém lucro não negativo, estando, portanto, em condições de se manter na atividade agropecuária no longo prazo.

O mesmo se repete nos resultados mostrados na Tabela 2, relativos aos tipos de agricultores patronais.

Tabela 2 - Resultados econômicos e condições para a reprodução social dos tipos de agricultores familiares de Inhacorá - RS

Medidas de resultado		Tipos de agricultores patronais		
		Grãos, mecanização completa	Grãos, gado, mecanização completa	Grãos, leite, suínos, mecanização completa
Valor agregado	Renda por unidade de trabalho familiar	75.688	7.001	26.736
	Nível de reprodução social	4.940	4.940	4.940
Lucro e custos	Renda por unidade de trabalho familiar	75.688	7.001	21.953
	Lucro por unidade de trabalho familiar	39.641	-9.709	3.441

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado na Tabela 2, embora as rendas obtidas pelos agricultores patronais sejam semelhantes quando calculadas pelas duas abordagens, um dos tipos patronais, cujo sistema de produção está baseado na pecuária de corte e em culturas de grãos, apresenta lucro negativo, indicando que sua reprodução social estaria comprometida. Embora os resultados econômicos obtidos por esse tipo de agricultor sejam muito inferiores aos obtidos pelos demais tipos patronais, a dinâmica do sistema agrário revelou que este é um tipo em acumulação, como indica o elevado grau de mecanização das operações agrícolas realizadas no seu sistema de produção (mecanização completa).

Uma objeção que pode ser feita aos resultados mostrados nas Tabelas 1 e 2 é que há certa variação na disponibilidade de área pelos tipos de agricultores, o que, em razão do grau intensificação do uso da terra, pode influenciar significativamente a capacidade de reprodução dos tipos. Por essa razão, com base nos dados utilizados para a determinação dos resultados econômicos mostrados nas Tabelas 1 e 2, foram elaborados modelos lineares da renda (segundo a abordagem baseada no valor agregado) e do lucro (segundo a abordagem baseada nesta categoria de análise econômica) em função da superfície agrícola útil disponível por unidade de trabalho familiar (SAU/UTF). Esses modelos permitem a definição, segundo cada abordagem e para cada tipo, da superfície mínima por unidade de trabalho familiar necessária para a sua reprodução social. Esses resultados são mostrados na Tabela 3.

Os resultados da Tabela 3 mostram que os valores mínimos de superfície por trabalhador familiar calculados por meio da abordagem baseada no lucro, correspondente à superfície por trabalhador necessária para a obtenção de um lucro nulo, foram sempre superiores aos da abordagem baseada no valor agregado, correspondente, neste caso, à superfície por trabalhador necessária para a obtenção de uma renda equivalente ao nível de reprodução social (fixado neste trabalho em um salário mínimo, para todos os tipos). É interessante observar que essa diferença foi maior para os tipos patronais, e um dos motivos pode ser a menor intensificação do uso da terra pelos patronais, como indicado pelo coeficiente angular dos modelos desses tipos, em geral menor do que o dos tipos familiares. Outra razão podem ser os maiores gastos fixos por unidade de trabalho, como indicado pelo coeficiente linear dos modelos dos tipos patronais em relação aos familiares.

Tabela 3 - Modelos lineares dos resultados econômicos e área mínima necessária para a reprodução social dos tipos

Tipo	Valor agregado		Lucro e custos	
	Modelo da renda	Área mínima por unidade de trabalho familiar para a reprodução social	Modelo do lucro	Área mínima por unidade de trabalho familiar para a reprodução social
Patronal, grãos mecanização completa	785*(SAU/UTF) - 12.310	22,0	545*(SAU/UTF) - 21.414	39,3
Patronal, grãos, gado mecanização completa	349*(SAU/UTF) - 8.123	37,4	129*(SAU/UTF) - 15.323	118,8
Patronal, grãos, leite, suínos, mec. completa	685*(SAU/UTF) - 4.788	14,2	295*(SAU/UTF) - 10.135	34,4
Familiar, leite, grãos, mecanização incompleta	1.163*(SAU/UTF) - 607	4,8	952*(SAU/UTF) - 5.658	5,9
Familiar, leite, tração animal	1.152*(SAU/UTF) - 101	4,4	1.053*(SAU/UTF) - 4.982	4,7
Familiar, leite, fumo, grãos	716*(SAU/UTF) - 124	7,1	452*(SAU/UTF) - 4.676	10,3
Familiar, leite, serviços de máquina, mecanização incompleta	691*(SAU/UTF) - 1.189	8,9	501*(SAU/UTF) - 5.984	11,9
Minifúndio, subsistência	545*(SAU/UTF) - 139	9,3	333*(SAU/UTF) - 4.983	15,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Em suma, ao contrário do que ocorre com o cálculo da renda, as duas abordagens proporcionaram resultados nitidamente distintos quando utilizadas para avaliar a capacidade de reprodução dos tipos de agricultores de Inhacorá, sendo a avaliação por meio do lucro mais exigente em relação à baseada no valor agregado. Tal exigência, porém, mostra-se contraditória com a dinâmica da agricultura observada no município por meio da análise-diagnóstico. De fato, se a reprodução social dos agricultores de Inhacorá ocorresse de acordo com o lucro proporcionado pelos seus sistemas de produção, provavelmente a intensidade do êxodo rural nesse município seria muito maior, tornando-se, além disso, inexplicável a acumulação de capital observada nos agricultores patronais do tipo grãos, gado de corte, leite, tração mecanizada completa.

Conclusões

Os resultados obtidos neste trabalho indicam que o conceito de reprodução social pode ser associado a diferentes categorias de análise econômica utilizadas para a avaliação de unidades de produção agropecuárias, independentemente da filiação teórica das mesas. Por outro lado, os resultados obtidos indicam também que a abordagem baseada no valor agregado e na sua distribuição foi mais adequada para a análise das condições de reprodução social de unidades de produção agropecuária, tanto em razão dos seus pressupostos teóricos, quanto pela sua pertinência em relação à dinâmica da agricultura do município de Inhacorá - RS.

Nesse sentido, o pressuposto de uma alta mobilidade dos fatores de produção, implícito na abordagem baseada no lucro, embora não tenha colocado obstáculos em relação ao cálculo do lucro, provocou sérias distorções na análise da capacidade de reprodução social dos agricultores. Foi constatado neste trabalho que, em razão desses pressupostos, a abordagem baseada no lucro subestimou a capacidade de reprodução social dos tipos por não permitir considerar o efeito sobre a mobilidade dos fatores de produção das relações sociais existentes nas unidades de produção. Além disso, a abordagem baseada no lucro não permitiu a realização de uma análise distinta da produção de riquezas em relação à sua distribuição entre os diferentes agentes que contribuem para a sua geração. Nessa abordagem, a participação de tais agentes, como, por exemplo, bancos (juros), Estado (impostos) e trabalhadores assalariados (salários), é contabilizada simplesmente como “custos”, os quais, embora representem apenas transferências da riqueza gerada, não são distinguidos da destruição de riquezas por meio do consumo de insumos, equipamentos e instalações.

Por outro lado, os resultados obtidos neste trabalho indicaram que o cálculo marginalista, característico da economia neoclássica e, portanto, da abordagem baseada no lucro, foi essencial na avaliação das condições para a reprodução social dos agricultores, mesmo na abordagem baseada no valor agregado. Nesta abordagem, no entanto, vale salientar que este tipo de cálculo é utilizado a partir de uma análise mais precisa da mobilidade dos fatores de produção.

Notas

- ¹ Embora a noção de reprodução social seja frequentemente associada ao caráter multidimensional das condições para a manutenção das sociedades, mesmo entre autores de orientação marxista, como em Dowbor (2008).
- ² Diferentemente dos produtores patronais, que possuem assalariados, mas também trabalham em atividades diretamente relacionadas ao processo produtivo (DUFUMIER, 2007).
- ³ Este método é descrito em detalhes em DUFUMIER (2007) e GARCIA FILHO (1999).
- ⁴ Primeiros municípios do Rio Grande do Sul ocupados por imigrantes europeus não ibéricos a partir do início do século XIX. (SILVA NETO; BASSO, 2005).

- ⁵ Nestes surge o Programa de Fortalecimento da Agricultora Familiar (Pronaf), do qual muitos agricultores de Inhacorá se beneficiam, inclusive em conjunto com os recursos do Programa Banco da Terra.

Referências

- BIDET, J. Reproduction. In: LABICA, G.; BENSUSSAN, G. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Presse Universitaire de France, 1985. p. 997-1002.
- DOWBOR, L. *A reprodução social: proposta para uma gestão descentralizada*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- DUFUMIER, M. *Projetos de desenvolvimento agrícola*. Manual para especialistas. Salvador: Edufba, 2007.
- _____. *Agricultures et paysanneries des Tiers Mondes*. Paris: CTA – Karthala, 2004. 598 p.
- FERGUSON, C. E. *Micro-economia*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- GARCIA FILHO, D. P. *Guia metodológico*. Diagnóstico de sistemas agrários. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, 1999. 65 p.
- GUERRIEN, B. *La théorie neo-classique*. Bilan et perspectives du modèle d'équilibre general. Paris: Economica, 1989. 495 p.
- HOFFMANN, R. et al. *Administração da empresa agrícola*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1987.
- LE BEC, J.-Y. Reproduction des rapports sociaux. In: LABICA, G.; BENSUSSAN, G. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Presse Universitaire de France, 1985. p. 1002-1004.
- LEFTWICH, R. H. *O sistema de preços e a alocação dos recursos*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MALTHUS, T. R. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. *Le capital*. Critique de l'économie politique. Moscou: Éditions du Progrès, 1982. liv. 1
- _____. *O capital*. Crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1983. liv. 2, v. 3.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas do mundo, do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- QUESNAY, F. *Quadro econômico: análise das variações do rendimento de uma nação*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e de tributação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org.). *Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- SILVA NETO, B.; LIMA, A. J. P. de; BASSO, D. Teoria dos sistemas agrários: uma nova abordagem do desenvolvimento da agricultura. *Extensão Rural*, Santa Maria: UFSM, ano IV, p. 6-19, jan./dez. 1997.
- STIGLITZ, J. E.; WALSH, C. E. *Introdução à microeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

The concept of social reproduction in the analysis of units of agricultural production

Abstract

In the present work an analysis was carried out on the application of social reproduction concept in the economical evaluation of an agriculture/cattle raising production unit. Initially, an analysis was carried out on how the main chains of economical theory consider the social reproduction concept, and after that, how different measures of economical results may indicate the conditions for the social reproduction of a production unit. Finally, the adjustment of these measures was examined in order to analyse the farmers' social reproduction in a real agrarian situation, in this case in the city of Inhacorá - RS. The profit presented serious limitations as indicative for the conditions of farmers' social reproduction. The analysis based on the aggregated value seemed to be more coherent with the agricultural dynamics in the city.

Key words: Social reproduction. Dynamics of agrarian systems. Aggregated value. Profit. Costs.

El concepto de reproducción social en el análisis de las unidades de producción agropecuaria

Resumen

En este trabajo se realizó un análisis de la aplicación del concepto de la reproducción social en evaluación económica de las unidades para la producción agrícola. Inicialmente se buscó examinar cómo las principales corrientes de la teoría económica consideran el concepto de la reproducción social, y después, como diversas medidas de los resultados económicos pueden ser utilizables para indicar las condiciones para la reproducción de las unidades de producción social. Por último, se examina la adecuación de estas medidas para el análisis de la reproducción social de los agricultores en una concreta situación agraria, la agricultura de la ciudad de Inhacorá - RS. El beneficio presentó serias limitaciones como indicativo de las condiciones de reproducción social de los agricultores. El análisis basado en el valor agregado es más coherente con la dinámica de la agricultura en el municipio.

Palabras clave: La reproducción social. La dinámica de los sistemas agrarios. El valor añadido. Beneficios. Costes.